

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 759 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1998

## Congresso recebe nova proposta de Orçamento da União para 99

Alteração no projeto original, que incorpora os cortes de verbas e acréscimos de receitas previstos no programa de estabilização, terá tramitação rápida. Parlamentares votam hoje resolução que reduz prazos para apreciação



Antonio Carlos recebe das mãos do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, a nova proposta do governo para o Orçamento do próximo ano

A nova proposta do governo para o Orçamento da União do próximo ano já está no Congresso Nacional. A mensagem foi entregue ontem pelo ministro do Planejamento, Paulo Paiva, ao presidente do Senado e do Congresso, Antonio Carlos Magalhães. Ao lado dos senadores José Roberto Arruda (líder do governo no Congres-

so), Elcio Alvares (líder do governo no Senado) e Ramez Tebet (relator do Orçamento), Antonio Carlos reafirmou ao ministro a disposição de concluir a discussão e aprovação da proposta ainda neste ano. Hoje, o Congresso vota resolução que simplifica a tramitação da proposta.

PÁGINA 3

### Cortes chegam a R\$ 8,7 bi

Em comparação com a proposta anterior do Orçamento, a nova versão incorpora cortes de despesas que somam R\$ 8,7 bilhões. A proposta prevê um superávit primário (fora gastos com juros) de R\$ 16,3 bilhões. A nova versão esta-

belece que o governo federal terá no próximo ano uma receita de R\$ 199,9 bilhões e uma despesa de R\$ 183,6 bilhões. Após entregar a proposta no Congresso, o ministro Paulo Paiva garantiu que a área social foi preservada nos cortes.

PÁGINA 4

### COMISSÕES

#### 1 CAE Reunião deve votar regras orçamentárias

A Comissão de Assuntos Econômicos se reúne hoje, às 10h, para discutir diversas matérias, entre elas alterações na forma de elaboração dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios

PÁGINA 6

#### 2 CE Projeto cria ombudsman em rádio e TV

Projeto do senador Pedro Simon, criando a figura do ombudsman nas emissoras de rádio e TV, pode ser votado hoje pela Comissão de Educação, às 10h30.

PÁGINA 2

#### 3 CRE Embaixadores e acordos na pauta de hoje

Aprovar a indicação de embaixadores e de tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil é a tarefa da Comissão de Relações Exteriores, que tem reunião hoje, às 17h.

PÁGINA 6

#### Jefferson quer mais tropas na fronteira norte

O senador Jefferson Péres defendeu o aumento da presença das Forças Armadas brasileiras na região amazônica. Para ele, a população pobre que mora na fronteira com a Colômbia é suscetível de ser atraída pelas atividades do contrabando e do narcotráfico.

PÁGINA 7

### Os grandes números do Orçamento



Item	Antes do ajuste	Depois do ajuste
Receita total	196,5	199,9
Despesa total	187,8	183,6
Resultado primário	8,7	16,3

Valores em bilhões de reais

# Comissão de Educação vota hoje pauta com 16 itens

Criação do ombudsman nas emissoras de rádio e televisão, crédito educativo e ensino a distância estão entre os assuntos previstos

A criação da figura do ombudsman nas emissoras de rádio e televisão destaca-se entre os 16 itens da pauta da Comissão de Educação (CE), para a reunião de hoje, às 10h30. A comissão, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), também examinará projeto que inclui os líderes da Revolta dos Alfaiates no Livro dos Heróis da Pátria e duas emendas à proposta sobre distribuição de recursos do salário-educação, além de seis renovações de concessões de rádio e uma de televisão.

A comissão votará projetos de decreto legislativo que aprovam a renovação das concessões das rádios Mirador (Rio do Sul - SC); Canavial (Redenção - CE); Riviera (Goiânia - GO); Cidade Estéreo Show (S. José do Rio Preto - SP); Guararema (São José - SC); e São Vicente (São Vicente - SP). Outra renovação refere-se à TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), em São Paulo. Todos os projetos têm caráter não terminativo, isto é, terão de ser votados tam-



Artur da Távola preside reunião que discutirá 16 itens, entre eles a questão do crédito educativo

bém em plenário.

Também sem caráter terminativo está o Projeto de Lei da Câmara 12/97, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), que altera disposições sobre estágios de estudantes. O projeto tem voto pela prejudicialidade dado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), mas recebeu substitutivo em separado da senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Outra proposta não terminativa na pauta da CE institui a política nacional de educação ambiental, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP). O relator, senador Joel de Hollanda (PFL-PE), apresentou voto favorável, com três emendas.

Hollanda também é relator do projeto que altera critérios de distribuição do crédito educativo, do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA). O projeto tem caráter terminativo, assim como o do senador Lúcio Alcântara, que estabelece normas para a educação a distância. O parecer da senadora Marina Silva (PT-AC) é favorável, com emendas.

Integra ainda a pauta o Projeto de Lei 127/96, do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que pretende a unificação dos vestibulares nas universidades federais. Sem caráter terminativo, o projeto tramita em conjunto com matérias correlatas apresentadas pelos senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

## Ombudsman pode se tornar obrigatório

A Comissão de Educação pode votar hoje projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS), criando o serviço de atendimento ao público nas emissoras de rádio e televisão. O projeto tem voto favorável do relator, senador Lauro Campos (PT-DF).

Lauro lembra, no relatório, que a figura do ombudsman – uma espécie de ouvidor-geral da população, ou dos clientes – foi criada inicialmente no Parlamento sueco. Há duas décadas está presente na imprensa estrangeira e, mais recentemente, no Brasil. Lauro afirma que o *ombudsman* “tem desempenhado papel relevante, atuando como crítico ativo do conteúdo da publicação e do próprio tratamento dado às notícias”.

Ele transcreve trecho da justificativa

apresentada por Simon, segundo o qual “a inegável influência dos meios de comunicação na vida moderna no país impõe a concepção de mecanismo que, à semelhança da instituição nórdica do *press ombudsman*, permita à sociedade conter as violações a seus direitos, assim considerados o direito a uma informação de qualidade, à privacidade etc.”.

O relator enalteceu as garantias contra a dispensa imotivada, já que a função do ombudsman, por sua própria natureza, pode contrariar os interesses de seu empregador. Elogiou também a contestação prévia de que o projeto desrespeita o princípio da não-interferência do Estado em atividades de cunho privado.

Simon lembra que os meios de comunicação eletrônicos são concedidos pelo poder público à explora-



Pedro Simon quer que ombudsman exerça defesa dos interesses da sociedade junto aos veículos

ção de terceiros, e por isso configuram-se como bens públicos. Assim, considera dever do Estado assegurar o atendimento aos interesses maiores da sociedade.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe o senador democrata norte-americano Joseph Lieberman
- ▶ 11h - Recebe o ministro do Trabalho, Edward Amadeo
- ▶ 11h30 - Recebe os deputados Fernando Gabeira, Elias Murad e Ursicino Queiroz
- ▶ 12h - Recebe o senador eleito Paulo Hartung
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
- ▶ 19h - Preside sessão do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: renovação da permissão das rádios Sociedade (Salvador-BA), Carijós (Conselheiro Lafaiete-MG) e Carajá (Anápolis-GO)
- ▶ 19h - Sessão do Congresso Nacional  
Pauta: Mensagens presidenciais e apreciação de requerimento de urgência para projeto de resolução, de autoria das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que regula, a título excepcional, a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1999; \*PL n° 29/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de R\$ 237,475 mil em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento; e \*PL n° 37/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 15,235 milhões, para os fins que especifica. *Plenário da Câmara dos Deputados*

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLS n° 21/96 - Complementar, que fixa o prazo para encaminhamento dos Projetos de Lei do Plano Plurianual e Orçamentário ao Congresso Nacional; \*PLS n° 25/96 - Complementar; que dispõe sobre os prazos a que estão sujeitos os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento anual nos termos do artigo 165, parágrafo 9°, inciso I, da Constituição federal; e \*PLS n° 29/96, que define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, prevista na Constituição federal. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- ▶ 10h30 - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC n° 061/97, que dispõe sobre a política nacional de educação ambiental; \*PLS n° 110/95, que cria nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; e \*PLS n° 263/95, que dispõe sobre a educação à distância. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 15*
- ▶ 15h - Comissão Mista do Orçamento  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos PLs n°s 26, 30 e 32/98-CN; apreciação do relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do Presidente da República de 1996; apresentação, discussão e votação do PLN n° 33/98-CN. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*
- ▶ 17h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL n° 5/98, que aprova o texto do tratado de extradição celebrado entre o Brasil e o Governo da Coreia; \*PDL n° 12/98, que aprova o texto do protocolo adicional ao acordo de cooperação financeira de 24/10/91, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Alemanha; e \*PDL n° 15/98, que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Guiné Bissau. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

### PREVISÃO DA SEMANA

#### PLENÁRIO

- Amanhã (11.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PEC n° 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7° e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*PDL n° 135/97, que renova a concessão da Rádio Pousada do Rio Quente (Caldas Novas-GO); \*PDL n° 138/97, que renova a concessão da TV Empresa Portalegrense de Comunicação Ltda. (Porto Alegre-RS); e \*PDL n° 140/97, que renova a concessão da Rádio Cultura (Ilhéus-BA)
- Quinta-feira (12.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC n° 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (limita a despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); \*Requerimento n° 533/98, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLS n°s 99, 218, 291/95 e 63/98 - Complementares, por versarem a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil; \*Parecer n° 527/98, sobre o Requerimento n° 771/96, do senador Lúcio Alcântara, formulando consulta ao plenário visando obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa; e \*Projeto de Resolução n° 23/97, o senador Lúcio Alcântara solicita que seja dado o nome de “Sala Senador Visconde de Cairu” à sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL  
Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Nova versão do Orçamento chega ao Congresso

Ao receber do ministro Paulo Paiva, do Planejamento, o projeto que incorpora os cortes de verbas previstos pelo Programa de Estabilização Fiscal, Antonio Carlos Magalhães reafirmou a disposição do Poder Legislativo de aprová-lo ainda neste ano

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, das mãos do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, a nova proposta orçamentária da União para 1999, já incorporando os cortes de verbas e acréscimos de receitas previstos no Programa de Estabilização Fiscal do governo.

Ao lado dos líderes do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES) e do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator da matéria na Comissão Mista de Orçamento, Antonio Carlos reafirmou ao ministro a disposição dos parlamentares de tomar medidas que permitam concluir a discussão e aprovação do Orçamento ainda neste ano.

De acordo com o senador, uma resolução simplificando a tramitação da proposta deverá ser aprovada em sessão do Congres-



Antonio Carlos lembrou que o Legislativo é "soberano" para examinar a proposta

so marcada para as 19 horas de hoje, graças aos "entendimentos com todas as lideranças partidá-

rias". Antonio Carlos defendeu a importância de os deputados e senadores respeitarem a meta go-

vernamental de gerar uma economia global de R\$ 28 bilhões, por meio de cortes de verbas (total de R\$ 8,7 bilhões) e do aumento das receitas, via aumento de tributos.

O presidente do Congresso Nacional, no entanto, fez questão de enfatizar, em entrevista à imprensa logo após o encontro com o ministro do Planejamento, que "o Legislativo é soberano para examinar a proposta e votar as mudanças que considerar necessárias".

O senador, pessoalmente, pretende defender o respeito "aos quantitativos estabelecidos pelo Executivo para cada setor, admitindo-se, no entanto, que ministros e parlamentares discutam as prioridades para as aplicações desses recursos, segundo as várias áreas de atuação".

Antonio Carlos prevê, por exemplo, que a troca do aumen-

to da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo chamado "imposto verde", um acréscimo no preço de venda do litro da gasolina, venha a ser um dos pontos debatidos na tramitação do Orçamento pelo Congresso.

O presidente do Senado apontou os cortes relativamente menores verificados nas verbas das áreas de saúde e educação como a reafirmação do compromisso social do governo em meio às medidas duras com que o Executivo enfrenta a crise internacional.

Ainda que não sendo "desejável", o presidente do Congresso previu a convocação extraordinária do Legislativo no início do ano que vem, em função da grande quantidade de matérias importantes e urgentes a apreciar dentro do ajuste fiscal.

## Arruda prevê aprovação até 15 de dezembro

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que o Legislativo fará todo o esforço possível para conseguir aprovar o Orçamento Geral da União de 1999 ainda neste ano, até o dia 15 de dezembro. Arruda reconhece que o prazo para a tramitação e votação do Orçamento é "exíguo", mas observou que é importante para o cenário econômico internacional o fato de o país encerrar o ano com o Orçamento aprovado e pronto para entrar em execução.

O senador informou que está sendo feito um trabalho junto aos partidos de oposição para que seja aprovada hoje, na sessão do Congresso, a



José Roberto Arruda considera os cortes no Orçamento "necessários" ao ajuste fiscal

nova resolução contendo o rito sumário para a tramitação e aprovação do Orçamento. Essa resolução, explicou o senador, vai criar condições efetivas para que o Orçamento de 1999 seja aprovado ainda neste ano, pois simplifica a discussão da matéria na própria

Comissão Mista de Orçamento e diminui os prazos para sua apreciação.

Com esta medida, cairá de 15 para oito dias o prazo para apresentação de emendas dos parlamentares ao Orçamento, segundo o senador. O prazo para distribuição do parecer final se reduzirá dos atuais 36 dias para 17 dias e a redação do parecer final do relator também cairá de nove para apenas três dias.

O volume de recursos para emendas individuais, de R\$ 1,5 milhão para cada parlamentar, deverá permanecer, segundo Arruda. Mas o total das emendas, que somam individuais, de bancada e regionais, deverá sofrer um corte proporcional ao feito pelo Executivo na nova proposta orçamentária, observou. Esses cálculos serão realizados a partir de agora pela comissão mista.

Para Arruda, os cortes no Orçamento são necessários para o ajuste fiscal.

## Paiva pede compromisso com ajuste

O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, disse ontem que é fundamental para a estabilidade da moeda e do país o compromisso do Legislativo com as novas metas fiscais do governo. As declarações do ministro foram feitas após a solenidade de entrega da nova versão do Orçamento Geral da União para 1999, no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Acompanhado do secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, e do titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Waldemar Giomi, o ministro Paulo Paiva ressaltou que, apesar dos cortes gerais nas despesas e nos

investimentos do Orçamento de 99, a área social – principalmente saúde e educação – foi preservada.

– O Orçamento espelha a alocação dos recursos na sociedade brasileira. Esse Orçamento de 99 reflete também a ação solidária entre Executivo e Legislativo para garantir a estabilidade fiscal e da nossa moeda. Foi possível manter a austeridade fiscal e as prioridades do governo. Com isso, todos os setores sofreram cortes, mas a área social mantém um volume de recursos superior ao das outras áreas – afirmou.

Para o ministro, a participação do Congresso na elaboração do Orça-

mento aumenta uma vez que o esforço fiscal terá de ser selado entre o Legislativo e o Executivo. Paulo Paiva observou que o Congresso deve exercer sua prerrogativa e propor alterações para melhorar a proposta do Executivo, mas ressaltou a necessidade do compromisso com o ajuste fiscal.

Quanto à tramitação e aprovação da proposta orçamentária pelo Congresso, o ministro disse que, no que depender do Ministério do Planejamento, haverá total colaboração com os parlamentares para que a matéria possa ser aprovada o mais rápido possível.

### Os valores (em milhões de reais) nos principais setores

Setor	Antes do ajuste	Depois do ajuste	Cortes (%)
Saúde	15.202,2	14.202,2	6,6
Educação	4.656,9	4.082,3	12,3
Previdência	3.023,1	2.639,6	12,7
Política fundiária	1.089,0	575,8	47,1
Planejamento	1.260,9	574,8	54,4
Indústria e comércio	1.003,3	886,9	11,6
Fazenda	1.779,1	1.546,1	13,1
Ciência e tecnologia	907,2	737,4	18,7
Agricultura	1.100,6	913,3	17,0
Meio Ambiente	1.054,9	554,8	47,4
Transportes	3.100,7	1.775,1	42,8
Aeronáutica	1.594,7	1.306,9	18,1
Exército	1.892,3	1.376,3	27,3
Marinha	1.421,2	1.074,4	24,4
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.767,8	1.426,6	19,3

# Congresso vota regras de tramitação do Orçamento

Em sessão que se realizará a partir das 19 horas de hoje, os parlamentares apreciarão projeto de resolução preparado pelos líderes partidários com o objetivo de acelerar o exame da proposta orçamentária para o ano que vem

## Os maiores cortes

Projeto	Corte (%)
Pavimentação da BR-156 (AP)	100
Pavimentação da BR-317 (AC-AM)	100
Pavimentação da BR-230 (PA)	100
Pavimentação da BR-364 (MT-RO)	100
Duplicação da BR-153/365 (MG)	100
Rodovia do Mercosul	100
Modernização do Porto de Sepetiba(RJ)	87
Porto de Suape (PE)	83,1
Programa de Ação Social em Saneamento (PASS)	81,6
Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur)	75,7
Programa Habitar Brasil	75,1

## Executivo propõe corte de R\$ 8,7 bilhões nos gastos federais em 99

O novo projeto de lei do Orçamento para o ano que vem encaminhado ontem pelo governo ao Congresso prevê cortes de despesas que somam R\$ 8,7 bilhões, comparando-se com o Orçamento enviado aos parlamentares em agosto último e retirado posteriormente pelo presidente da República. A produção nacional de bens e serviços (PIB) deverá cair 1% em relação à registrada este ano, e a inflação deverá ficar em 2% no ano. A primeira versão do Orçamento previa um crescimento econômico de 3,86% em 1999.

Cumprindo promessa feita pelo presidente da República ao lançar no dia 28 de outubro o Programa de Estabilização Fiscal, o Orçamento da União deverá registrar no ano que vem um superávit primário (fora gastos com juros) de R\$ 16,3 bilhões – o primeiro Orçamento trabalhava com superávit de R\$ 8,7 bilhões. Para que não haja dúvidas de que a meta será atingida, pela primeira vez foi colocado um artigo no projeto do Orçamento afirmando que o governo terá que obter esse saldo positivo em suas contas de 99.

A nova versão estabelece que o governo federal terá no próximo ano uma receita de R\$ 199,95 bilhões e uma despesa de R\$ 183,6 bilhões. Como resultado dos aumentos de contribuições previstos nas medidas do ajuste fiscal, haverá crescimento da arrecadação tri-

butária (basicamente CPMF e Cofins). No entanto, alguns impostos (como o IR) vão render menos, por causa da recessão econômica. O projeto prevê que a nova alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos (até 20%) renderá ao governo R\$ 2,4 bilhões.

Os cortes feitos pelo Ministério do Planejamento, comparando-se com a primeira versão do projeto orçamentário, concentram-se nos projetos do governo, por ser quase impossível reduzir as chamadas despesas vinculadas – salários, transferências constitucionais, fundos e programas regionais e subsídios (para agricultura e exportação).

Em entrevista à imprensa, o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, afirmou pouco depois de entregar o novo projeto do Orçamento federal ao presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que não houve cortes nos programas da merenda escolar, projetos de apoio infantil e de financiamento de agricultura familiar. “O governo procurou preservar os projetos da área social”, disse o ministro.

Dos R\$ 8,7 bilhões cortados, R\$ 1 bilhão foi no Ministério da Saúde (-6,6%), R\$ 574 milhões na Educação (-12,3%), R\$ 1,32 bilhão nos Transportes (-42,8%), R\$ 383 milhões na Previdência (-12,7%), R\$ 500 milhões no Meio Ambiente (-47,7%) e R\$ 686 milhões no Planejamento (-54,4%),

atingindo principalmente financiamento de obras de saneamento e habitação. A política fundiária receberá menos R\$ 513 milhões, o que levará a uma redução de 17 mil famílias nos planos originais de assentamento, de aproximadamente 90 mil famílias em 1999.

Os projetos do programa federal Brasil em Ação sofrerão um corte de R\$ 2,8 bilhões (-37,1%). Segundo o ministro Paulo Paiva, o governo decidiu fazer os maiores cortes nos projetos em início de execução, preservando os programas em fase final ou que têm importância regional. Fica suspenso o início de todas as obras físicas dos projetos da área de transportes previstos para começar em 99. Assim, vários projetos de construção e asfaltamento de rodovias federais foram fortemente atingidos. Ao suspender a liberação de dinheiro para projetos não iniciados, o governo pretende rever alguns deles, para redução de custos. Já os investimentos das empresas estatais serão cortados em R\$ 1,13 bilhão. Os gastos do Congresso Nacional, Judiciário e Ministério Público da União sofreram um corte de 19,3%.

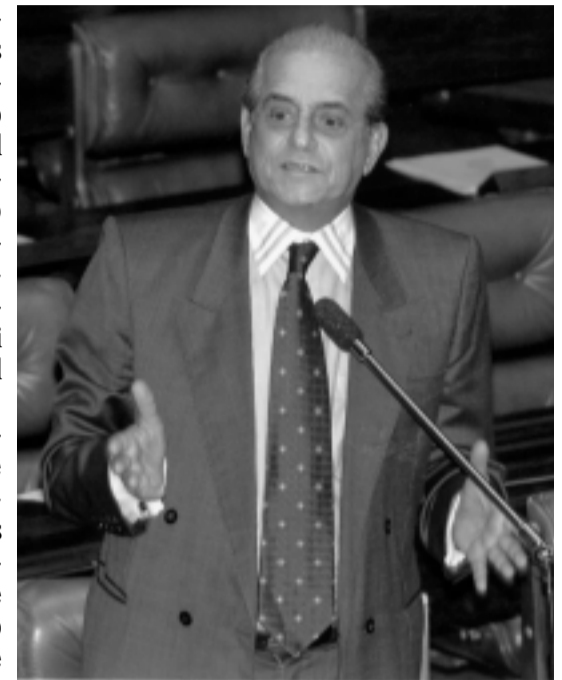
O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, informou à imprensa que o governo trabalha, para efeito do Orçamento, com taxas de juros de 24,7% no ano que vem. A primeira versão trabalhava com 20,8%.

Os líderes partidários submetem hoje, às 19 horas, à deliberação do plenário do Congresso Nacional requerimento de urgência pela inclusão de projeto de resolução que regula, excepcionalmente, a tramitação do projeto de lei orçamentária anual para 1999.

Com vigência restrita a 1998, o projeto de resolução será apresentado pelas Mesas da Câmara e do Senado com o objetivo de acelerar a tramitação da matéria, para que o plenário do Congresso delibere sobre o Orçamento Geral da União até 15 de dezembro.

Pela proposta, a relatoria geral, sob a responsabilidade do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), será organizada na forma de colegiado com poder deliberativo de definição sobre a origem dos recursos destinados ao atendimento das emendas individuais e de apreciação prévia dos relatórios temáticos a serem apresentados por sete relatores setoriais adjuntos.

O prazo total de tramitação da lei orçamentária anual para 1999 foi reduzido a no máximo 36 dias, contados a partir de ontem, quando o governo entregou à presidência do Congresso a revisão da



Pela proposta dos líderes, o relator-geral Ramez Tebet trabalhará junto com um conselho colegiado

sua proposta original, modificada para integrar os cortes determinados pelo Programa de Estabilização Fiscal.

O projeto de resolução contém dois anexos: um deles fixa as sete áreas temáticas de responsabilidade dos relatores setoriais adjuntos; o outro estabelece parâmetros e critérios para a apresentação de emendas parlamentares.

Além dessa proposta, o plenário também deliberará sobre dois projetos de crédito suplementar destinados, respectivamente, ao Ministério do Planejamento e aos tribunais superiores do Poder Judiciário.

## Comissão avalia pedidos de crédito suplementar

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, deputado Lael Varela (PFL-MG), convocou para hoje, às 15 horas, reunião ordinária da comissão destinada a apreciar vários projetos de créditos suplementares solicitados pelo Executivo.

Na reunião, o plenário também deverá apreciar relatório do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre as emendas apresentadas ao projeto de de-



Jefferson Péres

creto legislativo referente às contas do presidente da República no ano de 1996.

# Plenário aprecia concessões de rádio em três estados

Ainda nesta semana, deverá ser votada emenda constitucional do senador Osmar Dias que altera o prazo prescricional das ações trabalhistas. Na quinta-feira começa a discussão, em segundo turno, da proposta que limita os gastos das câmaras municipais



Odacir Soares acredita que Amartya Sen "revolucionou" pesquisa sobre a miséria absoluta

## Odacir elogia indiano que recebeu Prêmio Nobel de Economia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) festejou o Prêmio Nobel concedido ao economista indiano Amartya Sen, professor da London School e de Harvard. Autor de 20 livros, o economista, segundo o parlamentar, é considerado um acadêmico de grande reputação. Com doutorado pela Universidade de Cambridge, ele revolucionou a pesquisa e a análise dos estados de miséria absoluta em nações da África e da Ásia", disse o senador.

Para Odacir, a mudança do enfoque da Academia Real de Ciências da Suécia, na premiação dada a Amartya Sen, deve ser ressaltada. "Primeiro porque é a primeira vez que um representante de um país do Terceiro Mundo recebe um Nobel de Economia; segundo porque, antes dele, desde que foi criado o prêmio em 1969, apenas o americano Paul Samuelson e o inglês John Hicks haviam recebido o Nobel por teorias na área da economia do bem-estar, em 1970 e 1972, respectivamente", explicou Odacir.

De acordo com o senador, Amartya Sen não visitou a América Latina ou o Nordeste brasileiro, mas os seus estudos valem para qualquer nação de qualquer continente, em qualquer tempo. "A desnutrição endêmica de populações inteiras caracteriza o estágio terminal da exclusão econômica e social. São indivíduos de todas as idades situados abaixo do nível da mera sobrevivência biológica, abaixo da dignidade humana. Os estudos do eco-

nomista indiano têm o mérito de aprofundar o exame das causas desse flagelo", analisou o senador.

Odacir Soares explicou que o economista premiado melhorou os métodos de medição e interpretação dos processos de concentração e/ou distribuição de renda. O senador disse que Amartya Sen também estabeleceu ligações até então difusas, ou mal percebidas, entre estados de miséria coletiva com lacunas de mercados livres e, sobretudo, com omissão de políticas públicas. Para o senador, a exclusão absoluta, que termina na morte por fome, tem raiz nas falhas da organização social e da administração política, e o que se deve fazer é identificar e eliminar os fatores que provocam e perpetuam a baixa produção de alimentos em escala planetária.

- Ao focar este aspecto, Amartya Sen nos leva a revisar o que já era objeto de advertência de um outro laureado com o Prêmio Nobel de Economia, de 1979, Theodore Schultz. Tal como Schultz, o professor Amartya Sen demonstra, cientificamente, a generosa colheita de dividendos econômicos, sociais e políticos a partir da melhoria do capital humano na escola e no trabalho. Não há, no seu entendimento, outro passaporte para a construção de uma sociedade economicamente forte, politicamente aberta e socialmente justa - observou Odacir Soares.

A semana de votações no plenário do Senado começa com a análise de concessões de emissoras de rádio em Minas, Bahia e Goiás. Hoje deverão ser votadas as renovações da Rádio Sociedade da Bahia, de Salvador; da Rádio Carijós, de Conselheiro Lafaiete (MG); e da Rádio Carajá, de Anápolis (GO). Conforme determina o Regimento Interno do Senado, as concessões de emissoras de rádio e televisão são debatidas em turno único e votadas nominalmente.

Além desses temas, os senadores votarão durante a semana mais oito matérias, entre elas,

Osmar Dias pretende estabelecer em cinco anos o prazo de prescrição



votada em primeiro turno amanhã, determina que o prazo para ações trabalhistas seja de cinco anos tanto para o trabalhador rural como para o urbano.

Já na quinta-feira, o plenário inicia o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional limitando os gastos das câmaras de vereadores.

proposta de emenda constitucional de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que altera o prazo prescricional das ações trabalhistas. A proposta, a ser

## João Rocha destaca importância da hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães

O senador João Rocha (PFL-TO) disse que a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, cuja pedra fundamental foi lançada em julho, é um "projeto meritório, vital, da mais alta prioridade para a economia do Tocantins e das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, e representa, para a nossa economia, o mais importante acontecimento após a criação do estado".

João Rocha ressaltou que antes mesmo da criação do Tocantins já existia a idéia de aproveitamento do potencial energético do rio, com o projeto da Usina de Lajeado. Uma vez construída, a Usina Luís Eduardo Magalhães poderá gerar 1.020



João Rocha disse que a usina é projeto "da mais alta prioridade" para Tocantins

megawatts de potência, contribuindo com a energia excedente para a estabilidade e segurança do sistema elétrico brasileiro.

- A Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães deverá entrar em operação no ano de 2001, sua construção poderá gerar aproximadamente 2.750 empregos diretos e investimentos superiores a R\$ 1,3 bilhão, o que, por si só, demonstra sua contribuição decisiva para o fortalecimento da economia do estado do Tocantins e de toda sua região geoeconômica.

A preocupação com o meio ambiente, ressaltou o senador, é um dos pontos fortes do projeto, pois todos os aspectos foram cuidadosamente considerados, desde os estudos preliminares de viabilidade até a aprovação do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

## Benedita afirma que ajuste poupa os especuladores

"Em face da turbulência mundial, é certo que não podemos ficar de braços cruzados", afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao contestar as medidas do ajuste fiscal que, em sua opinião, oneram os trabalhadores e o segmento produtivo com cortes e elevadas taxas de juros, enquanto permitem que os especuladores e donos de grandes fortunas continuem lucrando cada vez mais com os altos juros.

Segundo Benedita, o desemprego e a recessão são as vedetes no Brasil de hoje, substituindo o dragão da inflação. "A nossa taxa de desemprego chegou a 7,8% da força de trabalho, enquanto a inflação a apenas 2,82% ao ano. Em relação à recessão, a perspectiva é que o PIB decresça 1,5%.

Tudo isso deve estar tirando o sono de milhões de brasileiros."

Para remediar essa situação, o governo decide fechar um acordo de empréstimo com o FMI, mesmo sabendo que terá que seguir a cartilha do fundo, recessiva e interventora - espanta-se Benedita. "O programa de ajuste fiscal, para o qual o governo pede a aprovação do Congresso, avançará sobre os servidores públicos ativos e inativos e sobre os cidadãos que não têm como escapar do aumento da carga tributária, como os assalariados, deixando de fora os especuladores e banqueiros."

Dentro desse quadro, Benedita manifesta sua preocupação com o processo de distribuição de renda patrocinado pelo governo, que con-



Benedita da Silva vê propostas dirigidas contra a "massa assalariada"

sidera bem injusto com os que já estão sacrificados. "É evidente que as propostas do ajuste são dirigidas contra a massa assalariada. Enquanto isso, o Imposto sobre Grandes Fortunas ameaça ser tão moderado que renderá, apenas, R\$ 300 milhões, ou seja 1,07% da meta", conclui.



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também deve votar o tratado de extradição entre Brasil e Coreia do Sul

## CRE examina indicação de embaixadores para três países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), reúne-se hoje, às 17h, para apreciar em sessão secreta a indicação de embaixadores para a República da Polônia, Granada e República do Cazaquistão. Além disso, a pauta da reunião prevê a discussão e votação de vários projetos de decreto legislativo, como o de nº 5/98, que aprova tratado de extradição entre Brasil e Coreia do Sul.

Para o cargo de embaixadora do

Brasil junto à República do Cazaquistão, foi indicada Thereza Maria Machado Quintella, que já ocupa o cargo de embaixadora junto à Federação Russa.

Para a Embaixada do Brasil na Polônia, foi designado Carlos Alberto de Azevedo Pimentel. Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra, que já comanda a Embaixada do Brasil na República Cooperativista da Guiana, foi indicado para, cumulativamente, exercer o cargo de embaixador em Granada.

## Brasil pode passar a importar madeira, adverte Edison Lobão

“Espero que ainda seja tempo de impedir danos irreversíveis à integridade da Amazônia”, disse o senador Edison Lobão (PFL-MA), manifestando sua preocupação diante de declarações recentes do presidente do Ibama, Eduardo Martins, para quem o Brasil poderá passar de exportador a importador de madeira, no ano de 2004, caso não sejam tomadas providências urgentes.

Para Lobão, as advertências de Martins sobre a necessidade de se plantar 300 mil hectares por ano para impedir que o Brasil venha a importar madeira para seu consumo coincidem com as reiteradas críticas que vários senadores, inclusive ele mesmo, já fizeram sobre a ação das madeiras asiáticas: “Depois de dizimar as reservas florestais de seus países, elas aportaram no Brasil para dar continuidade aos seus nefastos desígnios”.

O senador maranhense reiterou denúncias veiculadas na imprensa segundo as quais essas madeiras já seriam proprietárias de 81% das terras situadas em locais privilegiados com espécies nobres no sul e sudeste do Amazonas: “Tais empresas estariam sendo beneficiadas com a doação de amplas áreas públicas municipais, criando-se a expectativa de elevar o consumo da madeira de 700 mil para 2 milhões de metros cúbicos por ano”.



Lobão culpa as madeiras asiáticas pelo processo de destruição em curso

Lobão citou especialistas internacionais para lembrar que as “florestas de clima”, como a da Amazônia, são exuberantes apenas na aparência. “Elas formam os chamados ‘desertos úmidos’, uma complexa cobertura vegetal fincada num solo arenoso, o mais frágil de todos os ecossistemas, merecendo, portanto, maiores cuidados de preservação.”

Segundo Lobão, os órgãos técnicos brasileiros precisam elaborar estudos de proteção da Amazônia, com soluções imperativas a serem cumpridas pelo Executivo. “O Ibama vem tomando algumas providências, em que pesem as suas carências de recursos, mas acredito ser hora de adotar providências mais drásticas para resguardar as nossas florestas tão cantadas, mas pouco preservadas”, ressaltou.

# CAE estuda normas definitivas para as leis orçamentárias

Uma das sugestões, do senador Antonio Carlos, fixa “prazo adequado” para o Congresso analisar Orçamento do ano seguinte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), analisa hoje vários projetos em tramitação conjunta que propõem alterações na legislação que regulamenta a elaboração dos orçamentos da União, estados e municípios. Um dos projetos, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), exige que as leis de diretrizes orçamentárias determinem os limites de recursos que serão utilizados pelos três Poderes.

Substituto ao projeto, elaborado pelo relator João Rocha (PFL-TO), determina que o Poder Executivo apresente uma lei orçamentária anual discriminada em três componentes: orçamento fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social. A proposta cria ainda uma classificação minuciosa das contas orçamentárias, mas mantém uma margem de flexibilização do que pode ser alterado por estados e municípios.

Outro projeto sobre o mesmo tema, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), fixa o dia 1º de agosto anterior ao exercício financeiro como o prazo final para a entrega dos projetos do plano plurianual e da lei orçamentária da União. O senador prevê que com a mudança o Congresso Nacional terá “condições de analisar tais projetos de for-



Na sessão de hoje, a comissão também examinará projeto que disciplina o uso de recursos hídricos

ma adequada”. Tramitam em conjunto com essas matérias projetos de lei de iniciativa do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) e do senador licenciado Renan Calheiros (PMDB-AL).

Outro item da pauta da CAE é a proposta, elaborada a partir das conclusões da Comissão sobre Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que cria parâmetros para uma política nacional de irrigação e drenagem. A proposta da comissão permite que a implantação e a operação de projetos públicos de irrigação e drenagem sejam feitas pela iniciativa privada através de concessão. Além disso, o projeto pretende disciplinar o

uso dos recursos hídricos. A matéria está sendo relatada pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), que oferece parecer favorável.

“A expansão da área irrigada, os avanços da tecnologia e as mudanças na concepção sobre a função do poder público estavam a exigir uma revisão da legislação vigente a fim de adequá-la ao momento atual, bem como abrir espaço para avanços no setor” defende Osmar Dias.

A CAE analisa ainda projetos sobre extensão universitária na Amazônia e concessões de crédito para estados e municípios, entre outros.

## Lúcio Alcântara prega o fortalecimento do DNOCS

Ao analisar a importância do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) na viabilização econômica do Nordeste, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a redefinição urgente desse organismo em sua missão institucional. Ele acha que a União deve reestruturar e modernizar o DNOCS como órgão central do sistema de gestão das águas do Semi-Árido.

Referindo-se à crise econômica enfrentada pelo Brasil, o parlamentar pregou a necessidade de investir-se nas potencialidades brasileiras, sob o comando de um Estado forte e eficiente. Lembrando que é nas grandes crises que surgem as grandes soluções, ele propôs a utilização mais ampla do DNOCS no combate às secas e no desenvolvimento do Nordeste.



Alcântara: repensando os papéis

– Na busca desse desenvolvimento, resalte-se o grande desafio de irrigar o potencial de terras no Nordeste, que alcança seis milhões de hectares, transformando aquela região no grande pólo mundial de

fruticultura tropical e pólo de produção de grãos – afirmou.

Na opinião de Alcântara, o DNOCS deve evoluir para um órgão encarregado de pensar a água não só em termos de armazenamento, mas princi-

palmente de gestão. Ele lembrou que de 1919 a 1945 o órgão atuou como eficaz agente de desenvolvimento, construindo rodovias, ferrovias e portos. E, a partir de 1971, avançou em termos de irrigação.

Segundo o parlamentar, o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido exige uma mudança de atitude frente à principal restrição ao aproveitamento de suas potencialidades – a insegurança e a incerteza quanto à disponibilidade de água. Para ele, ou se supera o quadro de escassez de água, ou se manterá vigente a realidade de pobreza, atraso e vulnerabilidade às secas.

No seu entender, a responsabilidade institucional pela questão hídrica do Semi-Árido precisa ser repensada, redefinindo-se as atribuições da União, dos estados e dos municípios. Alcântara também afirma que a proposta de integração das águas do Semi-Árido é um desafio à altura do passado de grandes contribuições do DNOCS.

# Jefferson quer maior presença militar na Amazônia

O mais recente incidente na fronteira do Brasil com a Colômbia demonstra a necessidade de as Forças Armadas reverem os seus efetivos no Sul do país e aumentarem os seus contingentes no Norte, alerta senador

O mais recente incidente na fronteira do Brasil com a Colômbia demonstra a necessidade de as Forças Armadas concentrarem maiores contingentes na Amazônia, em detrimento das fronteiras do Sul, em que "a possibilidade de um conflito é quase igual a zero", disse ontem o senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

Para o senador, "não é da maior gravidade" o fato em si de as Forças Armadas colombianas terem solicitado o uso de um aeroporto em terras brasileiras para fins humanitários e utilizá-lo também como base de apoio para organizar uma reação aos rebeldes

que ocuparam uma cidade próxima à fronteira.

O problema, na opinião de Jefferson Péres, é que a Colômbia enfrenta uma guerra de guerrilhas há cerca de 30 anos, a ponto de o atual presidente daquele país ter cedido às forças rebeldes o controle de uma parte do território colombiano. "Há sérias suspeitas de que os grupos guerrilheiros estariam sendo financiados pelo narcotráfico", o que deveria chamar a atenção das autoridades brasileiras para a necessidade de intensificar a vigilância ao longo dos dois mil quilômetros das fronteiras nacionais com cin-

co outros países da América do Sul, acrescentou.

A região fronteiriça caracteriza-se por baixa densidade econômica e demográfica e é habitada por população rarefeita e paupérrima, suscetível de ser atraída pelas atividades de contrabando e narcotráfico, afirmou o senador.

Nessa área, continuou, a civilização se faz presente através de duas instituições: a Igreja Católica, particularmente os padres salesianos, que desenvolvem "notável trabalho de prestação de serviços de educação e saúde"; e as Forças Armadas, com seus quartéis, hospitais e car-

gueiros aéreos que realizam serviços de transporte.

– É preciso maior presença das Forças Armadas – insistiu.

Como o governo articula a criação de um Ministério da Defesa, Jefferson sugeriu o deslocamento dos contingentes sediados na fronteira com a Argentina para o extremo norte do país. A medida, enfatizou, seria também um estímulo à demanda por produtos e serviços locais, dado o aumento da massa salarial paga aos militares que prestam serviços na Amazônia.



Jefferson: proteção contra os perigos do narcotráfico, do contrabando e das guerrilhas

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Judô  
7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varella entrevista José Fernando Peres Assunto: Futuro da pesquisa no Brasil - 2ª parte  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Ginástica Especializada  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, São Luís do Maranhão  
9h30 - Entrevista - O senador Jonas Pinheiro fala sobre o acordo feito entre a Frente Parlamentar da Agricultura e o governo federal  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Em discussão: Projeto que estabelece normas que devem orientar a política nacional de irrigação e drenagem  
12h30 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro  
13h - *Cores do Brasil* - o Carrão  
13h30 - Palestra - Criatividade como Ponto de Equilíbrio, com Suzan Rêgo  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em votação: Projetos que renovam as concessões outorgadas às rádios Sociedade da Bahia, Sociedade Rádio Carijós (MG) e Rá-

dio Carajá de Anápolis (GO)

19h - Transmissão ao vivo da sessão do Congresso Nacional

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - Especial - República / 2ª parte - Com direção de Walter

Avancini e produção geral de Paulo César Ferreira

22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Reprise da Sessão Plenária  
Em seguida - Música e informação

## Senadores autografam livros na movimentada feira de Porto Alegre

Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado Federal, Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS) estiveram sexta-feira na 44ª. Feira do Livro



Ronaldo



Emília



Simon

de Porto Alegre, autografando livros e fazendo entrega de obras em braille a entidades de deficientes visuais do estado. O ato foi realizado no estande do Senado, e a sessão de autógrafos durou mais de duas horas, com a presença de centenas de pessoas.

Ronaldo Cunha Lima autografou seu livro de poesias, *Livro dos Terceiros - Breves e Leves Poemas*. Os senadores Pedro Simon e Emília Fernandes fizeram a entrega de doações de livros a duas entidades de deficientes visuais do estado e autografaram o livro *Dados Biográficos dos Senadores do Rio Grande do Sul*.

Foram doados, à Associação de Cegos do Rio Grande do Sul e ao

Instituto Santa Luzia, exemplares da Constituição federal e do Código de Defesa do Consumidor impressos em braille. Lançadas pelo Senado neste ano, numa iniciativa inédita destinada a facilitar o acesso dos deficientes visuais aos direitos fundamentais do cidadão, os exemplares doados serão incorporados aos acervos das duas entidades.

O senador Pedro Simon voltou ao estande do Senado ontem, para autografar o relatório *Rádio & TV no Brasil - Diagnósticos e perspectivas*, elaborado pela Comissão Especial de Análise da Programação de Rádio e TV, da qual foi relator.

O estande do Senado Federal tem recebido um número elevado de visi-

tantes diariamente, constituindo-se numa das atrações da 44ª. Feira do Livro de Porto Alegre. Obras de distribuição gratuita e também as destinadas a venda são muito procuradas.

O público que visita o estande demonstra ainda grande interesse em conhecer a *home page* do Senado Federal na Internet e a programação da TV e da Rádio Senado, e solicitar assinatura do *Jornal do Senado*.

Além do público em geral, o estande foi visitado, na semana passada, pelo governador em exercício do estado, Vicente Bogo.

A Feira do Livro de Porto Alegre é anual, com realização ininterrupta desde 1955. Ela tem crescido a cada ano. De 14 expositores no primeiro ano, chegou agora a 152. A previsão é de que no período da feira, iniciada dia 30 e com término marcado para o dia 15, o número total de visitantes nos estandes alcance 1,5 milhão de pessoas.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Jonas explica na TV acordo com governo



Jonas fala das reivindicações dos ruralistas

O acordo entre o governo e a Frente Parlamentar da Agricultura para o financiamento do setor agrícola é o as-

sunto da entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que será transmitida hoje às 9h30 e às 12h30 pela TV Senado.

Ampliação do financiamento da próxima safra, liberação de recursos para a estocagem de álcool, redução das taxas de juros dos em-

préstimos e renegociação das dívidas dos agricultores são alguns dos tópicos da pauta de negociações com o governo que foram abordadas pelo senador.

Às 13h30, a TV Senado exhibe a palestra *Criatividade como Ponto de Equilíbrio*, com Suzan Rêgo.

# ACM pede rigor contra escuta telefônica

O presidente do Senado defendeu legislação “mais dura” contra os crimes de invasão de privacidade, após publicação de denúncia sobre gravação de conversas do presidente da República

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem uma nova legislação, “mais dura”, para castigar os crimes de invasão de privacidade por meio de grampos telefônicos. A denúncia veiculada pela imprensa neste fim de semana, dando conta da gravação de conversas telefônicas entre o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça

de Barros, seria, para ele, nova evidência da necessidade de o Legislativo aprimorar a lei para “castigar esse tipo de crime”.

Até onde tinha conhecimento, acrescentou Antonio Carlos, “nada nas conversas gravadas estaria comprometendo o presidente da República ou seu governo, mas a bem da verdade é preciso dizer que a linguagem usada para tratar de assuntos importantes foi

inadequada”.

O presidente do Senado ressaltou reconhecer o direito de o PT ou qualquer outro partido político debater o assunto no Congresso, mas destacou que “as investigações já estão sendo desenvolvidas pela Casa Militar da Presidência da República”. Antonio Carlos lamentou o grau de exposição da sociedade brasileira à invasão de privacidade por meio de grampos telefô-

cos e renovou seu entendimento de que o Legislativo precisa urgentemente tornar “mais dura” a lei que pune esses crimes.

O senador disse ainda que, se for confirmado o envolvimento do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e sua família, na difusão de denúncias de procedência até agora não verificada, esse seria um comportamento “reprovável, que em nada o dignificaria”.



Os “erros crassos” cometidos nas pesquisas preocupam o senador José Eduardo Dutra

## Dutra quer punir erros das pesquisas

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou projeto de lei proibindo divulgação de pesquisas no período de 72 horas antes do início da votação até o encerramento das urnas.

Depois de argumentar que as últimas eleições demonstraram que as derradeiras enquetes e pesquisas de boca-de-urna “padeciam de vícios crassos”, o parlamentar disse que é fundamental o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.

Seu projeto também tipifica como conduta ilícita, punível com seis meses a um ano de detenção (e multa), a divulgação de enquete que supere a margem de erro.

“Trata-se de uma singela mas significativa contribuição para o aperfeiçoamento do processo eleitoral”, explicou Dutra. E observou que sua preocupação tem por motivo resguardar a garantia fundamental da liberdade de comunicação.

Ele considerou grave a ampla divulgação dada às últimas pesquisas, e observou que, em sua opinião, o propósito dessa iniciativa foi influir no ânimo psicossocial do eleitorado. “É notório que o cidadão brasileiro, como de resto grande parte dos eleitores nas chamadas democracias modernas, é suscetível ao clima proporcionado pela divulgação de pesquisas eleitorais”, argumentou o senador.

No entender do parlamentar, “essa sutil manipulação do eleitorado não pode mais prosperar”, daí a razão do seu projeto – estabelecer uma espécie de quarentena para a divulgação de pesquisas e tipificar como conduta ilícita a divulgação de enquete que supere a margem de erro da metodologia registrada na Justiça Eleitoral.

## REFORMA POLÍTICA

### Agripino propõe filiação obrigatória de três anos

O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou projeto de lei que aumenta de um para três anos antes das eleições o prazo de filiação partidária exigido para quem pretenda candidatar-se a pleito majoritário ou proporcional. Pelo projeto, esse prazo é exigido inclusive para os detentores de mandato eletivo. Os objetivos da proposta, segundo o autor, são “o fortalecimento e a perenidade dos partidos”.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser apreciado em caráter terminativo. Ele acrescenta um parágrafo a um artigo da lei que dispõe sobre os partidos políticos, e prevê que a exigência de três anos de filiação partidária só não estará valendo no caso de ocorrer fusão ou incorporação de agremiações partidárias.

José Agripino lembrou que, buscando o fortalecimento dos partidos, a Constituição deu-lhes “ampla autonomia para deliberarem sobre sua estrutura interna, organização e funcionamento, inclusive para estabelecerem normas próprias de fidelidade e disciplina partidária”. Lembrou ainda que a lei que regulamentou a matéria impôs como condição de elegibilidade a filiação partidária até um ano antes das eleições. No entanto, observou o senador, a experiência tem revelado que essa norma precisa ser alterada.

– Na prática, o que se tem assistido é uma verdadeira “dança de partidos” quando se aproxima o prazo fatal exigido pela lei como condição de elegibilidade. Esse ri-

tual de mudança de partido repete-se na antevéspera de cada pleito. A troca de legenda enfraquece os partidos e compromete o fortalecimento do regime democrático, objetivo

forte-

mente perseguido no texto da Constituição de 1988 – observa o senador.

Com esse projeto, Agripino espera poder contribuir para a preservação das instituições partidárias, que, em sua avaliação, “não podem se sujeitar à vontade de políticos que buscam as legendas exclusivamente para atender seus interesses pessoais e delas se servem com objetivos puramente eleitoreiros”.

### NOVOS PRAZOS

O que prevêem os dois projetos

#### José Agripino

Aumenta de um para três anos prazo de filiação partidária para quem pretende disputar eleições



#### Sérgio Machado

Aumenta de um para quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatura para quem tiver mudado de partido



### Machado sugere prazo mínimo de quatro anos

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) apresentou projeto de lei fixando em quatro anos o prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatura do

eleitor que mudar de partido. Pela legislação em vigor, esse prazo é de um ano. A proposta foi encaminhada, para decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto de Sérgio Machado também estabelece que, na hipótese de primeira filiação partidária, o eleitor que desejar concorrer a um cargo eletivo deverá estar filiado ao partido há pelo menos um ano antes das eleições.

O candidato, em qualquer caso,

deverá ainda possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo de dois anos antes do pleito. Hoje, o prazo é de um ano.

– Esta iniciativa surge como uma alternativa à fixação de cláusula de fidelidade partidária mediante alteração constitucional, tendo em vista que as propostas até então apresentadas representam uma pena excessiva aos eleitos no sistema então vigente – justificou Sérgio Machado.

Na opinião do senador pelo Ceará, uma das propostas apresentadas – a de fixação da pena de perda automática de mandato para quem se desfiliar voluntariamente do partido pelo qual se elegeu – teria a sua aplicação questionada pelos atuais detentores de mandatos e pelos que se elegeram nas últimas eleições, por se tratar de norma restritiva de direitos.

Sérgio Machado explicou que o projeto de sua autoria não fere direitos assegurados constitucionalmente, ao mesmo tempo em que propõe novas condições de elegibilidade, já que determina o prazo mínimo de filiação partidária para quem trocar de partido, esteja ou não exercendo mandato.

Amanhã, às 11h30, a Comissão Especial da Reforma Político-Partidária reúne-se para discutir e votar o item relativo ao financiamento público das campanhas eleitorais do relatório elaborado

pelo senador Sérgio Machado. Uma das propostas estabelece que os partidos políticos e suas candidaturas devem receber recursos públicos, para limitar o abuso do poder econômico nas eleições. A comissão já

se definiu em relação a 12 itens considerados relevantes na reforma do sistema político brasileiro, como o fim do segundo turno nas eleições e as regras para divulgação de pesquisas de opinião.